

PARECER JURÍDICO N.º 001/2024

I - RELATÓRIO

O presente parecer jurídico destina-se à análise do Processo Administrativo nº 001/2024, instaurado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica (CIMMVI), que objetiva a contratação direta, por dispensa de licitação, de sistema de gestão administrativa para o consórcio. A contratação em questão encontra fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com aplicação específica para consórcios públicos, os quais possuem um limite de dispensa de licitação em dobro, conforme o § 2º do mesmo dispositivo legal.

A documentação apresentada abrange desde a formalização da demanda até a assinatura do contrato, sendo necessário, portanto, proceder à análise da conformidade do processo com os preceitos legais vigentes.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Da Possibilidade de Contratação Direta por Dispensa de Licitação

Conforme dispõe o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a licitação é dispensável para contratações cujo valor seja inferior a R\$ 59.906,02 para serviços e compras. No entanto, para consórcios públicos, o § 2º do artigo 75 estabelece que o limite é dobrado, sendo de R\$ 119.812,04.

Esse dispositivo tem o objetivo de reconhecer as especificidades e complexidades das operações realizadas por consórcios, entidades que agregam diversos entes federados, muitas vezes com diferentes necessidades e exigências operacionais. A flexibilização dos limites visa a garantir maior eficiência e celeridade nas aquisições realizadas por essas entidades, sempre observando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

No caso em análise, o valor total da contratação, conforme disposto no contrato firmado entre as partes, é de R\$ 20.000,00, montante que se encontra amplamente dentro do limite estabelecido para a dispensa de licitação no âmbito dos consórcios públicos.

2. Dos Procedimentos Formais Exigidos

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 72, estabelece um rol de documentos que devem instruir o processo de contratação direta, quer por inexigibilidade, quer por dispensa de licitação. Esses documentos são essenciais para assegurar a transparência e a regularidade do procedimento, garantindo que a dispensa da licitação seja conduzida de forma legal e em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

No presente caso, a documentação necessária foi devidamente apresentada e consta dos autos, a saber:

- **Termo de Abertura do Processo Administrativo:** Documento que formaliza a abertura do processo, indicando o objeto da contratação e os fundamentos jurídicos aplicáveis, em especial a dispensa por valor, nos termos do artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021, com aplicação do § 2º para consórcios públicos;

- **Documento de Formalização da Demanda (DFD):** O DFD detalha a necessidade da contratação, especificando as características do objeto, a fundamentação jurídica e a justificativa para a contratação, reforçando a imprescindibilidade do sistema de gestão administrativa para o funcionamento adequado do consórcio;
- **Estimativa de Despesa:** A estimativa orçamentária foi elaborada com base em pesquisas de mercado, conforme requerido pelo artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, assegurando que o valor contratado se encontra compatível com os preços praticados;
- **Solicitação e Recebimento de Propostas Econômicas:** Foram solicitadas propostas a empresas do ramo, conforme ofícios presentes nos autos, e posteriormente foram analisadas as propostas recebidas, sendo selecionada a mais vantajosa, tanto em termos de preço quanto de capacidade técnica;
- **Minuta do Contrato:** O contrato minutado está em conformidade com a legislação aplicável, descrevendo com precisão o objeto, as condições de execução, as responsabilidades das partes e as sanções aplicáveis em caso de inadimplemento;
- **Certidão de Disponibilidade Orçamentária e Financeira:** Documento que atesta a existência de recursos suficientes para a realização da despesa, em consonância com o planejamento orçamentário do consórcio;
- **Designação de Gestor e Fiscal do Contrato:** Conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021, deverá ser formalizada a designação de um gestor e de um fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual e pela fiscalização dos serviços prestados.
- **Convocação para assinatura:** O convocado deverá, nos termos da cláusula 8.3 do termo de referência, apresentar a documentação de habilitação no ato da assinatura, ainda que enviada anteriormente, com a finalidade de conferir-se sua validade no ato da assinatura.

3. Da Conformidade com os Princípios da Administração Pública

É imperativo que a contratação direta, ainda que dispensada da licitação, observe rigorosamente os princípios que regem a Administração Pública, notadamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preceitua o artigo 37 da Constituição Federal.

No presente caso, os princípios foram devidamente observados:

- **Legalidade:** A contratação foi realizada com base em dispositivos legais pertinentes, sem qualquer afronta às normas aplicáveis;
- **Impessoalidade e Moralidade:** O processo foi conduzido de forma objetiva, com a seleção da proposta mais vantajosa, evitando-se qualquer favorecimento;
- **Publicidade:** Deverá seguir o rito de publicação do instrumento no diário oficial e em jornal de grande circulação, em conformidade com a dicção legal da lei de licitações.
- **Eficiência e economicidade:** A escolha do procedimento de dispensa por valor, no âmbito de um consórcio público, demonstra a busca pela eficiência e economicidade

administrativa, uma vez que permite a contratação célere de um serviço essencial para o bom funcionamento do consórcio.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que o processo de contratação direta, realizado por dispensa de licitação com fundamento no artigo 75, inciso II, c/c § 2º, da Lei nº 14.133/2021, observou todas as exigências legais e principiológicas aplicáveis à Administração Pública. A documentação apresentada está em perfeita conformidade com os preceitos normativos, sendo o procedimento inteiramente legal.

Por todo o exposto, opina-se pela legalidade e regularidade da contratação direta realizada, com recomendação para o prosseguimento da execução contratual.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Divinópolis, 18 de setembro de 2024.

Eduardo Araújo Freitas
OAB/MG n.º 232.651